

Alves, B.R. et al.



PESQUISA

Prevalência de aleitamento materno em crianças de 6 meses a 2 anos de idade atendidas em um hospital infantil

Prevalence of breastfeeding in children aged 6 months to 2 years old attended at a children's hospital

Prevalencia de lactancia materna en niños de 6 meses a 2 años de edad atendidos en un hospital infantil

Bruna Rodrigues Alves¹, Thayana Andressa de Sousa Pereira², Daniela Fortes Neves Ibiapina³, Gilberto de Araújo Costa⁴

RESUMO

O presente estudo objetivou verificar a prevalência do aleitamento materno em um hospital infantil em Teresina-PI. Trata-se de um estudo transversal e descritivo com abordagem quantitativa. Ocorreu por meio da aplicação de um formulário realizado com 90 participantes. Constatou-se que as mães que tiveram parto normal conseguiram amamentar seu filho na primeira meia hora de vida. O estudo apontou um percentual expressivo de mulheres que não tiveram orientações sobre aleitamento materno durante a gestação. O ato de amamentação até 6 meses de idade não foi praticado de forma significativa e a prevalência de amamentação na primeira meia hora de vida obteve um baixo percentual. Sabe-se que complicações, dificuldades e crenças fazem parte do cotidiano de quem amamenta e durante a pesquisa foi observada uma maior prevalência de desmame antes dos seis meses. **Descritores:** Amamentação. Aleitamento exclusivo. Desmame precoce.

ABSTRACT

The present study aimed to verify the prevalence of breastfeeding in a private hospital in Teresina-PI. This is a cross-sectional and descriptive study with a quantitative approach. It occurred through the application of a form with 90 participants. It was found that mothers who had normal birth were able to breastfeed their child in the first half hour of life. The study pointed to an expressive percentage of women who did not have guidelines on breastfeeding during pregnancy. The act of breastfeeding up to 6 months of age was not practiced significantly and the prevalence of breastfeeding in the first half hour of life obtained a low percentage. It is known that complications, difficulties and beliefs are part of the daily life of those who breastfeed and during the research a higher prevalence of weaning was observed before six months. **Descriptors:** Breastfeeding. Exclusive breastfeeding. Early weaning.

RESUMEN

El presente estudio tuvo como objetivo verificar la prevalencia de la lactancia materna en un hospital privado en Teresina-PI. Se trata de un estudio transversal y descriptivo con abordaje cuantitativo. Se realizó mediante la aplicación de un formulario realizado con 90 participantes. Se constató que las madres que tenían parto normal lograron amamentar a su hijo en la primera media hora de vida. El estudio apuntó un porcentaje expresivo de mujeres que no tuvieron orientaciones sobre lactancia durante la gestación. El acto de lactancia hasta 6 meses de edad no fue practicado de forma significativa y la prevalencia de lactancia en la primera media hora de vida obtuvo un bajo porcentual. Se sabe que complicaciones, dificultades y creencias forman parte del cotidiano de quien amamenta y durante la investigación se observó una mayor prevalencia de destete antes de los seis meses. **Descritores:** Lactancia. Lactancia exclusiva. Desmame precoz.

¹Graduanda do Centro Universitário Santo Agostinho. E-mail: brunna.uckerroi@hotmail.com. ²Graduanda do Centro Universitário Santo Agostinho. E-mail: thayana.andressa@gmail.com. ³Mestre em Saúde da Família, Especialista em nutrição clínica e pediátrica. Docente do Centro Universitário Santo Agostinho. E-mail: daniela.fortes@hotmail.com. ⁴Mestre em Economia de Empresas, Docente do Centro Universitário Santo Agostinho. E-mail: gilcosta10@bol.com.br.

Alves, B.R. et al.

INTRODUÇÃO

A amamentação deve ser iniciada de forma precoce, de preferência na primeira hora após o parto, sobre livre demanda, estimulando o contato pele a pele, que irá produzir melhor interação mãe-bebê, um eficaz controle da temperatura do recém-nascido, níveis mais altos de glicose e diminuição do choro (MARTIS; SANTANA, 2013).

O leite materno é completo, favorecendo o crescimento e o desenvolvimento infantil, é prático e econômico, proporciona o aumento dos laços afetivos, é um método natural de planejamento familiar, previne o sangramento pós-parto e diminui o risco de câncer de mama e ovários (DIAS et al., 2016).

Segundo Aparecida et al. (2014), a maior duração do AM está relacionada com a melhora do desempenho cognitivo do indivíduo. Estima-se que para a mulher, cada mês de amamentação ofereça uma redução de 4,3% do risco de câncer de mama, 15% do risco de diabetes mellitus, 2% menos riscos de câncer de ovário.

De acordo com Machado et al. (2014), a depressão e ansiedade em mães dificulta o processo de aleitamento materno, devido ao uso de antidepressivos, à privação de sono, à apatia e ao humor depressivo. O afastamento e descomprometimento com os cuidados do bebê são características de mães deprimidas e isso impacta de forma negativa no crescimento dos filhos.

As intercorrências mamárias são comuns no pós-parto e geralmente estão relacionadas à pega ou posicionamento inadequados da criança ao mamar. O aparecimento da dor durante o aleitamento contribui para a efetivação do desmame precoce, algumas medidas podem ser tomadas para prevenir os traumas, como a técnica adequada de amamentação, a exposição dos mamilos à luz solar (AMARAL et al., 2015).

Barbosa et al. (2012, p. 371), “afirmava que o valor do primeiro contato é de suma importância para mulher, uma vez que ficará marcado por toda a infância e vida da criança, onde vai destacar sua prática de aleitamento, devendo ser feito de maneira a gerar experiências positivas para ambos”.

Benefícios podem ser representados de forma significativa como, por exemplo, as questões nutricionais e fisiológicas responsáveis pela diminuição da morbimortalidade infantil e o pleno desenvolvimento da criança. Nesse sentido, o aleitamento materno carrega consigo vantagens como: valor nutricional e proteção imunológica relativa à presença de fatores circulantes como lactoferrina, IgA secretora, anticorpos e outros (FIALHO, 2014).

É importante ressaltar que o colostro, o primeiro leite produzido pela mãe, é nutritivo e com quantidade de substâncias protetoras como os anticorpos, com valores maiores do que no leite considerado maduro, que é aquele que contém todos os nutrientes de que a criança precisa para crescer (COSTA et al., 2013).

Várias são as vantagens do aleitamento materno, dentre as quais se destacam o fornecimento de nutrientes essenciais para o crescimento e desenvolvimento saudável do recém-nascido e o vínculo emocional com a mãe. Porém, alguns fatores podem interferir na iniciação e duração da amamentação (PINHEIRO et al., 2016).

Os pesquisadores têm procurado identificar os fatores que dificultam ou impedem a prática do AM e entre os motivos mais alegados pelas mães, destacam-se a “figuração” do leite fraco ou escasso, traumas mamilares, falta de experiência e de apoio, trabalho fora do lar, o querer e o poder amamentar (CONCEIÇÃO et al., 2015).

Alves, B.R. et al.

A crença do leite insuficiente está pautada na insegurança materna em relação a sua capacidade de produzir leite no volume adequado para atender às necessidades da criança e no choro do bebê, que geralmente é associado à fome (APARECIDA et al., 2014).

A situação do aleitamento materno no Brasil apresentou uma melhora significativa nos últimos anos, porém ainda é preocupante o índice de nutrizes que não conseguem manter o aleitamento materno exclusivo até os seis meses de vida da criança. Portanto, o objetivo deste trabalho foi verificar a prevalência do aleitamento materno em um hospital particular em Teresina-PI.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo transversal, descritivo com abordagem quantitativa e qualitativa, a pesquisa foi realizada em um hospital particular localizado no Centro de Teresina, nos meses de setembro e outubro de 2017. As participantes foram constituídas por 90 mães de crianças atendidas no hospital.

As participantes foram avaliadas através de um formulário semiestruturado contendo 14 questões abertas e fechadas, elaborado pelas pesquisadoras especialmente para este estudo, com o objetivo de investigar a prevalência, o conhecimento e as práticas adotadas pelas mães a respeito do aleitamento materno.

Foram incluídos na pesquisa crianças de 6 meses a 2 anos de idade que estavam sendo atendidas no consultório de pediatria e que as mães aceitaram assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Foi realizada uma análise descritiva das variáveis observadas nos grupos em estudo utilizando medidas de tendência central e dispersão, como média e desvio padrão. Os dados

coletados foram colocados em planilhas do programa Microsoft Excel 2007 e o software que foi utilizado nas análises estatísticas é o SPSS (Statisticalpackage for the Social Sciences), versão 16.0.

O desenvolvimento do estudo seguiu as diretrizes da Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012 e obedecendo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e do Manual de Normatização e Estrutura do Trabalho de Conclusão de Curso da Centro Universitário Santo Agostinho, sendo a pesquisa submetida ao Comitê de ética do Centro Universitário Santo Agostinho, com o número do CAEE 68857817.3.0000.5602 e o número do parecer de aprovação 2.127.289.

RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS

Na tabela abaixo, encontram-se distribuídas as informações referentes a idade da mãe, idade do filho, semanas gestacionais e o sexo do bebê.

Tabela 01. Características da população, dividida em: idade da mãe, idade do filho, semanas gestacionais e sexo da criança, em um hospital particular, Teresina-PI, 2017.

VARIÁVEIS	Características da População	Média	(%)
Idade da mãe (anos)	20-40 anos	28	57,2 %
Idade do filho (meses)	6-24 meses	15 meses	56,6 %
Semanas Gestacionais	33-42 semanas	37,5	95 %
Sexo da criança	Feminino (48) Masculino (42)	-	53,3 % 46,7 %

Fonte: Pesquisa direta, Teresina 2017.

Quanto as características da população estudada, as idades das mães variaram de 20 a 41 anos, sendo a média de 28 anos e a dos filhos de 6 meses a 2 anos de idade com uma média de 15 meses. Dentre as características neonatais, as semanas gestacionais variaram de 33 a 42 semanas e em relação ao sexo da criança, prevaleceu o sexo feminino.

Alves, B.R. et al.

A realidade observada no presente estudo com relação à faixa etária das puérperas corrobora os dados encontrados na literatura correspondente, que discorre que a maior incidência gestacional na faixa etária entre 20 e 35 anos (GRAVENA et al., 2016).

A literatura é controversa sobre influência da idade materna no desmame precoce. Alguns trabalhos consideram que a idade superior a 20 anos é um fator de proteção para o aleitamento materno, enquanto que em outros, esses fatores não estiveram significativamente associado ao início das práticas de desmame precoce (OLIVEIRA et al., 2017).

No estudo de Teter et al. (2015), a idade das mães em maioria se localizou na faixa etária entre 19 e 30 anos. O fator idade é considerado um fator importante quando associado a fatores relacionados ao óbito infantil, em ambos os extremos de idade, seja ela precoce ou postergada.

Conforme o estudo de Gomes et al. (2017), a média de idade das mães que participaram da amostra foi de 28,2 anos que indicou um grupo de mulheres jovens adultas. Observa-se que as condições maternas como baixas instrução, renda mensal inferior a um salário mínimo, idade menor que 30 anos são referidos como preponderantes para o desmame precoce.

Em um estudo semelhante de Torquato et al. (2017), a duração da gestação variou entre 38 a 42 semanas (91,1%) e 12 mulheres (8,9%) tiveram uma gestação de 37 semanas ou menos. Apesar da pequena quantidade de mulheres que tiveram a duração da gestação reduzida, salienta-se que estas devem ter um cuidado diferenciado, necessitando de maior incentivo e apoio a prática do aleitamento materno, pois são mulheres mais vulneráveis ao desmame precoce.

Tabela 02. Variáveis relacionadas a realização do aleitamento materno, tipos de partos, amamentação na primeira hora de vida e a prática do aleitamento exclusivo em um hospital particular em Teresina-PI, 2017.

VARIAVEIS	n	%
Tipos de partos		
Normal	23	25,6%
Cesárea	67	74,4%
Amamentação na primeira hora de vida		
Sim	38	42,2%
Não	52	57,8%
Aleitamento Materno Exclusivo		
Sim	27	30%
Não	63	70%

Fonte: Dados da pesquisa, Teresina 2017.

A análise dos dados sobre o tipo de parto revelou que n=23 (25,6%) das mulheres tiveram parto normal e n=67 (74,4%) das mulheres tiveram parto cesáreo. Embora muitas mães tivessem conhecimento em relação os benefícios do parto normal, muitas realizam o parto cesáreo por desejo próprio ou intercorrências na gestação.

Um estudo realizado por Pereira et al. (2013) mostrou que as crianças nascidas por cesariana eletiva apresentaram um risco três vezes maior de serem desmamadas ao final do primeiro mês de vida, em comparação com as nascidas por parto vaginal ou cesariano de emergência. Alguns estudos demonstram que as crianças nascidas com baixo peso apresentam menor duração de amamentação.

Em um estudo similar realizado por Souza et al. (2016), no município de Juiz de Fora, no ano de 2005, os autores relataram que a procura pelo parto cesariano foi a maioria, dado semelhante ao encontrado no presente estudo, no qual a frequência de parto cesáreo foi de 74.4%. Ressalta-se que o trauma causado pelo parto cirúrgico, é comum as mães não conseguirem amamentar na 1ª hora pós-parto, uma vez que as respostas endócrinas maternas ficam alteradas.

A cesariana, na presente investigação, foi responsável por uma alta ocorrência de início tardio da amamentação, reconhecido pela própria Organização Mundial da Saúde, ao preconizar que

Alves, B.R. et al. nos Hospitais Amigos da Criança pelo menos 80% das mães com parto normal e 50% daquelas submetidas ao parto cesáreo devem ser ajudadas a colocar o bebê em contato pele a pele para iniciar a amamentação (PEREIRA et al., 2013).

A prevalência do AM na primeira hora de vida neste estudo foi de n=38 (42%) das mães relataram que a amamentação ocorreu na primeira meia hora de vida, enquanto que n=52 (57%) mães relataram que só conseguiram amamentar após algumas horas ou dias depois do nascimento do bebê. Esse percentual expressivo de mães pode ser explicado quanto ao tipo de parto, na qual a cesárea oferece barreiras, podendo interferir no contato entre mãe e filho logo após o nascimento.

Sabe-se que a amamentação na primeira hora após o nascimento é importante para a descida do leite e manutenção do processo de lactação. Quando mais cedo se inicia o aleitamento materno, menores são os riscos de mortalidade neonatal causadas por infecções (BORGES et al., 2016).

No estudo realizado no Distrito Federal, todas as entrevistadas classificadas como tendo realizado pré-natal adequado amamentaram na primeira hora de vida. O acesso a consultas médicas durante o pré-natal tem sido apontado na literatura como fator protetor para a amamentação na primeira meia hora de vida. Dados da PNDS de Uganda, realizado em 2006, apontaram que as mulheres que buscaram atendimento pré-natal tiveram maior probabilidade de amamentação na primeira meia hora de vida (6 a 7%) (BANDEIRA DE SÁ et al., 2011, p. 520).

O estudo de Silveira et al. (2017), realizado no Rio Grande do Sul apontou que 35,5% amamentaram na primeira hora pós-parto. Foram apontados os fatores limitantes para a prática da amamentação na primeira hora de vida: a alta rotatividade de partos, a recusa da paciente, R. Interd. v. 11, n. 4, p. 75-83, out. nov. dez. 2018

recusa médica e o cansaço por trabalho de parto prolongado.

De acordo com a tabela acima, n=27 (30 %) mães relataram ter praticado o AME até 06 meses, e n=63 (70 %) das mães não conseguiram realizar o mesmo, as lactantes apontaram diversos motivos para a não realização dessa prática, tais como: intercorrências mamárias, o retorno ao trabalho e a insegurança ao real valor nutricional do leite.

No estudo de Queluz et al. (2012), a prevalência do aleitamento materno (AM) correspondeu a 29,8%, contudo identificou-se que as mães primíparas são as que menos amamentam exclusivamente ao seio, fazendo-se necessário o estabelecimento de um olhar mais atento da equipe de saúde para estas mulheres, aliado a uma educação no pré-natal mais qualificada.

No seguinte estudo, com relação ao tipo de aleitamento 62% mantiveram o AM até os seis meses, entretanto em apenas 18% foi o aleitamento mantido o AME. O Desmame precoce ocorreu em 37,7% a partir do terceiro mês e já no primeiro mês 68% já haviam introduzido algum tipo de líquido. Contudo, a prática do AME nos primeiros seis meses de vida nesta pesquisa, assim como em todo o Brasil, ainda está longe do ideal (OLIVEIRA et al., 2017).

Em um estudo relacionado de Rieth e Coimbra (2016), em relação a duração do aleitamento materno observou-se que 19,5% das crianças mamaram menos de 6 meses, 13,4% mamaram de 6 a 12 meses, 9,7% mamaram de 12 a 24 meses e 57% mamaram mais de 24 meses. Quanto ao aleitamento materno exclusivo, observamos que apenas 42,9% das crianças receberam o leite materno exclusivo até o sexto mês de vida.

Prevalência de aleitamento materno em...

Alves, B.R. et al.

Tabela 03. Análise da relação entre o tipo de parto, divididos em normal e cesárea e a realização da amamentação na primeira meia hora de vida, em um hospital particular, em Teresina-PI, 2017.

Parto	AMAMENTAÇÃO NA PRIMEIRA HORA DE VIDA		TOTAL	
	Sim	Não		%
Normal	13	10	23	25,6%
Cesaréa	25	42	67	74,4%
Total	38	52	90	100%

Fonte: Dados da pesquisa, Teresina 2017.

Dos resultados encontrados quando comparado com o tipo de parto e a primeira amamentação, n=67 (74,4%) mulheres tiveram parto cesárea e n=23 (25,6%) parto normal, dos 67 partos cesáreos, apenas 25 mulheres conseguiram amamentar na primeira meia hora de vida, enquanto que dos 23 partos normais, 13 realizaram esse ato, concluindo que entre os dois tipos de parto, mulheres com parto normal obtiveram maior êxito em amamentar.

No estudo de Silva (2016), o fator identificado e que pode contribuir para a promoção do AM na sala de parto e o contato pele a pele é o nascimento por parto normal, possivelmente por ser um procedimento que não oferece barreiras à amamentação na primeira hora de vida, quando comparado à cesariana. Esta tem sido apontada como importante obstáculo para o início do AM antes ou depois da primeira hora, e está geralmente relacionada a rotinas de cuidados pós-operatórios que adiam ou suspendem o contato entre a mãe e o bebê após o nascimento.

Conforme o estudo de Bortolini et al. (2013), o parto cesariano foi responsável por reduzir pela metade a prevalência da amamentação na primeira hora nas maternidades. Outro estudo também realizado no Rio de Janeiro encontrou maior prevalência de amamentação ao nascimento nos partos normais (33% em uma maternidade pública e 23,7% em uma maternidade privada) do que nos cesáreos (6,9% na pública e 8% na privada).

Em um estudo semelhante, a grande maioria (88,2%) dos prematuros nasceu de parto cesáreo, e nenhum foi amamentado na primeira hora de vida. O parto cesariano foi apontado como o fator de risco mais consistente para a não amamentação na primeira hora de vida, além da prematuridade (GOMES et al., 2017).

Uma prevalência de amamentação na primeira hora menor foi encontrada em estudo que investigou fatores que interferiam nesta prática em amostra representativa dos hospitais maternidade no Município do Rio de Janeiro, onde apenas 26,4% das mães de recém-nascidos de baixo e médio risco nascidos de parto normal e 5,8% daquelas submetidas ao parto cesáreo amamentaram na primeira hora de vida (PEREIRA et al., 2013).

Tabela 04. Análise comparativa da realização do Aleitamento Materno Exclusivo e o recebimento de orientações durante a gestação, em um hospital particular, Teresina-PI.

Orientação	Aleitamento Materno Exclusivo		Total
	Sim	Não	
Sim	16	41	57
Não	11	22	32
Total	27	63	90

Fonte: Dados da pesquisa, Teresina 2017.

Dos resultados analisados quando comparado sobre a orientação do aleitamento e a sua realização, n=32 (34,5%) mães relataram não ter recebido orientação durante a gestação e desse total, 11 realizaram o AME. Já em relação as que receberam orientação n=57 (63,3%) mães, 16 realizam o AME. A partir do exposto pudemos observar que mesmo com todo o suporte e orientação oferecido durante a gestação, muitas mães não realizam esse ato, isso se deve ao fato de muitas vezes ocorrer um sentimento de insegurança e a desconfiança quanto ao real valor nutricional do leite materno.

No estudo de Cunha et al. (2016), foi verificado que 100% das puérperas receberam

Alves, B.R. et al. orientações no pré-natal e 92% afirmaram terem sido orientadas a respeito da amamentação exclusiva até o sexto mês de vida da criança. A assistência pré-natal deve obedecer ao intervalo entre as consultas de quatro semanas. Após a 36ª semana, a gestante deve ser acompanhada a cada 15 dias.

Conforme o estudo de Souza et al. (2017), das 149 usuárias do serviço de saúde abordadas, 81 (54,36%) responderam que não receberam nenhuma orientação específica quanto ao aleitamento materno por parte da equipe multiprofissional. Nesse âmbito, torna-se essencial capacitar melhor os profissionais de saúde para trabalhar com esse público, tornar as consultas pré-natais mais qualitativas e humanizadas.

Segundo o estudo realizado por Pereira (2015), com relação ao recebimento de alguma orientação sobre aleitamento materno, 90% das mães entrevistadas informaram que sim, sendo que deste percentual, 33% consideraram razoável, ou mais ou menos as informações passadas.

Oliveira et al. (2012) também evidenciaram em seu estudo, que 95% das mães entrevistadas receberam algum tipo de orientação de um profissional sobre o aleitamento materno. Os autores ressaltam que o aconselhamento em amamentação ajuda a gestante a tomar decisões de forma empática, saber ouvir, e aprender, desenvolver confiança e dar apoio.

O profissional precisa estar apto a ajudar a mulher, deve saber ouvir e aprender, desenvolver a confiança e dar apoio, além de fazer uso de linguagem simples e adequada às necessidades e grau de compreensão da mãe, reforçando as conquistas alcançadas. É importante que as mães sintam o interesse do profissional de saúde para adquirirem confiança e se sentirem apoiadas (ESCARCE et al., 2015).

CONCLUSÃO

A amamentação ao longo dos anos sofreu várias mudanças e interferências com a valorização dos leites industrializados, porém estudos sobre a composição e os benefícios do leite materno resgataram o incentivo e apoio a amamentação.

Diante dos dados observados, a maioria das mães apresentava uma idade jovem, tinham apenas um filho, no qual prevaleceu o parto cesárea. Foi possível constatar que as mães que tiveram parto normal conseguiram amamentar seu filho na primeira meia hora de vida. O estudo apontou ainda um percentual expressivo de mulheres que tiveram orientações sobre aleitamento materno durante a gestação.

Considerando que o Ministério da Saúde preconiza o aleitamento materno exclusivo até os seis meses de idade e que todas as crianças sejam amamentadas logo após o nascimento, esse ato não foi praticado de forma significativa e a prevalência de amamentação na primeira meia hora de vida obteve um baixo percentual.

Sabe-se que complicações, dificuldades e crenças fazem parte do cotidiano de quem amamenta e durante a pesquisa muitas mães relataram que tinham o desejo de amamentar, porém alguns desses fatores a impediam de realizar o mesmo até o sexto mês.

Em vista disso, é essencial o apoio dos profissionais de saúde e da família para o sucesso do aleitamento materno, auxiliando ao longo desse período, criando um vínculo de confiança com as mães e familiares, esclarecendo sobre suas dúvidas como por exemplo, a prevenção de complicações, manejo, dificuldades e crenças.

Alves, B.R. et al.

REFERÊNCIA

APARECIDA, K. R. M. et al. Percepção das mães em relação ao aleitamento materno no período do pós-parto. **ABCS Health Science**, v. 39, n. 3 p. 146-152. 2014. Disponível em: <<https://www.portalnepas.org.br/abcshs/article/view/648/647>>. Acesso em: 02 mar. 2017.

AMARAL, L. J. X. et al. Fatores que influenciam na interrupção do aleitamento materno exclusivo em nutrízes. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 36, n. especial, p. 127-34. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rngen/v36nspe/0102-6933-rngen-36-spe-0127.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

BARBOSA, V. et al. Aleitamento materno na sala de parto: a vivência da puérpera. **Ciência Cuidado e Saúde**, v. 9, n. 2, p. 366-373, abr./jun. 2010. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/11249>>. Acesso em: 19 de abr. 2017.

BANDEIRA DE SA, N. N. et al. Fatores ligados aos serviços de saúde determinam o aleitamento materno na primeira hora de vida no Distrito Federal, Brasil, 2011. **Revista Brasileira em Epidemiologia** [online], v.19, n.3, p.509-524. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbepid/v19n3/1980-5497-rbepid-19-03-00509.pdf>>. Acesso em 25 fev. 2017.

BORGES, N. R. et al, Caracterização e prevalência do aleitamento materno em uma população atendida na rede pública de saúde de Palmas/TO, Brasil. **Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde**, Vitória, v.18 n.4 p. 30-36, out-dez, 2016. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/RBPS/article/viewFile/16728/11558>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

BORTOLINI, G. A. et al. Early cow's milk consumption among Brazilian children: results of a national survey. **Jornal de Pediatria**, v. 89 n. 6, p. 608-613. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/jped/v89n6/v89n6a15.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2017.

CONCEIÇÃO, S.P; FERNANDES R. A. Q. Influência da gravidez não planejada no tempo de aleitamento materno. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v.19, n.4, out./dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452015000400600> Acesso em: 15 abr. 2017.

COSTA L. K. O. et al. Importância do aleitamento materno exclusivo: uma revisão sistemática da literatura **Revista Ciência e Saúde**, São Luís, v.15, n.1, p. 39-46, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rcisaude/article/view/1920>>. Acesso em: 18 abr. 2017.

COIMBRA, L. C.; RIETH, N. F. A. Caracterização do aleitamento materno em São Luís, Maranhão. **Revista Pesquisa em Saúde**, v.17, n.1, p. 7-12, abr. 2016. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/revistahuufma/article/view/5487>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

CUNHA, L.C.; RIETH, N. F. A.; Caracterização do aleitamento materno em São Luís, Maranhão. **Rev. Pesq. Saúde**, v.17, n.1, p. 7-12, Abr., 2016. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/revistahuufma/article/view/5487>> Acesso em 25 de Mar, 2018.

DIAS, R. B.; BOERY, R. N. S. de O.; VILELA, A. B. A. Conhecimento de enfermeiras e estratégias de incentivo da participação familiar na amamentação. **Ciênc. Saúde Coletiva** [online], v.21, n.8, p.2527-2536. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v21n8/1413-8123-csc-21-08-2527.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2017.

ESCARCE, A. G. Influência da orientação sobre aleitamento materno no comportamento das usuárias de um hospital universitário. **Rev. CEFAC**. v. 15, n. 6, p:1570-1582, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rcefac/v15n6/v15n6a20.pdf>>. Acesso em 12 de Abr. 2018.

FIALHO, F. A. et al. Fatores associados ao desmame precoce do aleitamento materno. **Revista Cuidarte.**, v.5, n.1, p. 670-8. 2014. Disponível em: <<https://www.revistacuidarte.org/index.php/cuidarte/article/view/105/169>>. Acesso em: 25 fev. 2017.

GRAVENA, Angela Andreia França et al. Idade materna e fatores associados a resultados perinatais. **Rev. Acta Paul Enferm.** v.26, n.2, p.130-5.2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002013000200005>. Acesso em 12 de Nov. 2018.

GOMES, A. L. M., et al. Aleitamento materno de prematuros em hospital amigo da criança: da alta hospitalar ao domicílio. **Rev Rene**. v.18, n. 6, p. 800-810. 2017. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/rene/article/view/File/31098/71689>>. Acesso em 11 de Abr. 2018.

Alves, B.R. et al.
MACHADO, M. C. M. et al. Determinants of the exclusive breast feeding abandonment: psychosocial factors. *Revista Saúde Pública* [online], v. 48, n. 6, p.985-994. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102014000600985&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em 20 abr. 2017.

MARTINS, M. Z. O; SANTANA, L. S. Benefícios da amamentação para saúde materna. *Interfaces Científicas - Saúde e Ambiente*, Aracaju, v.1, n.3, p. 87-97, jun. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/index.php/saude/article/view/763>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

OLIVEIRA, M. G. O. A. et al. Fatores associados ao aleitamento materno em dois municípios com baixo índice de desenvolvimento humano no Nordeste do Brasil. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v.16, n.1 p.178-189. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2013000100178&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 18 abr. 2017.

PINHEIRO, J. M. F. et al. Prevalência e fatores associados à prescrição/solicitação de suplementação alimentar em recém-nascidos. *Revista de Nutrição*. [online], v.29, n.3, p.367-375. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rn/v29n3/1415-5273-rn-29-03-00367.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2017.

SILVA, C. M. et al. Fatores associados ao contato pele a pele entre mãe/filho e amamentação na sala de parto. *Rev. Nutr. Campinas*. v.29 n.4 jul./ago. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732016000400457#aff1>. Acesso em 02 de Mar, 2017.

SILVEIRA, R. B. et al. Fatores associados ao início da amamentação em uma cidade do sul do Brasil. *Rev. Bras. Saúde Matern. Infant.*, v. 8, n. 1, p. 35- 43, 2017. Disponível em :<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1519-38292008000100005&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em 12 de Abr. de 2018.

SOUZA, S. F. et al. Perfil demográfico e levantamento dos conhecimentos sobre aleitamento materno de puérperas atendidas em uma maternidade pública da região metropolitana de Belo Horizonte: resultado de um projeto de extensão. *Revista Interdisciplinar de Extensão*. v. 1. n.1. 2017. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/conecte-se/article/view/16195>> Acesso em 12 de Abr. 2018.

R. Interd. v. 11, n. 4, p. 75-83, out. nov. dez. 2018

PEREIRA, C. R. V. Avaliação de fatores que interferem na amamentação na primeira hora de vida. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, São Paulo, v.16 n.2, jun. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2013000200525>. Acesso em: 14 nov. 2017.

PEREIRA, V. A. et al. Análise das recomendações de manuais de aleitamento infantil: possibilidades e desafios. *Temas em Psicologia*. [online], v.24, n.3, p. 1027-1038, 2016. Disponível em:<<http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IscScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=791984&indexSearch=ID>>. Acesso em: 02 mar. 2017.

QUELUZ, M.C. et al. Prevalência e determinantes do aleitamento materno exclusivo no município de Serrana, São Paulo, Brasil. *RevEscEnferm USP*. v. 46, n. 3, p:537-43. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v46n3/02.pdf>> . Acesso em 12 de Abr. 2018.

TETER, M. S. H. et al. Amamentação e desmame precoce em lactantes de Curitiba. *Revista Espaço para a Saúde*, Londrina, v.16, n.4, p.55-63, out./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/espacoparasaude/article/view/23138>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

TORQUATO, R. C., Perfil de nutrizes e lactentes atendidos na Unidade de Atenção Primária de Saúde. *Escola Anna Nery*, v.22, n.1, nov. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ean/v22n1/pt_1414-8145-ean-2177-9465-EAN-2017-0212.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2018.

Submissão: 12/02/2018

Aprovação: 06/08/2018